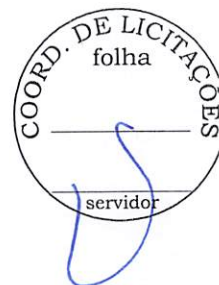




Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Diretoria Geral



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2019.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS
ALIMENTÍCIOS E OUTROS ITENS
DE CONSUMO PARA A CMB, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA
MUNICIPAL DE BLUMENAU, E AS
EMPRESAS A.V. COMÉRCIO
ATACADISTA EIRELI EPP E
MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS
ALIMENTÍCIOS EIRELI EPP**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU**, com sede na Rua 15 de novembro, 55, centro, Blumenau - SC, inscrita no CNPJ sob n. 83.184.226-17, neste ato representado pelo seu Presidente, Vereador Marcelo Lanzarin, no uso de suas atribuições, considerando o julgamento do **PREGÃO PRESENCIAL N. 13/2019** para REGISTRO DE PREÇOS, e a respectiva homologação, constante do **Processo Administrativo n. 13/2019**, RESOLVE registrar os preços das empresas : A.V. Comércio Atacadista EIRELI EPP e Momm Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI EPP, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002, Lei Complementar n. 123/2006, e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS COM VISTAS AO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS ITENS DE CONSUMO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU**, conforme o Edital, as especificações e condições do Termo de Referência e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

DA FORMA DE FORNECIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA – O fornecimento do objeto será de forma parcelada, conforme Ordem de Serviço emitida pela Câmara, e ainda de acordo com as especificações constantes no Anexo I, do Edital e na proposta da contratada.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do órgão gerenciador:

- a) notificar o Fornecedor registrado quanto à requisição do objeto mediante o envio da Ordem de Fornecimento, a ser repassada via e-mail ao Fornecedor;
- b) permitir ao Fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;
- c) notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- d) efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo primeiro – Esta Ata não obriga a CMB a firmar contratações com o Fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

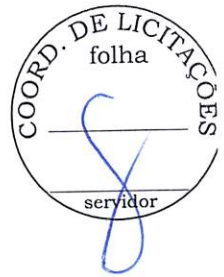
Parágrafo segundo – Os casos omissos desta Ata serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais n. 8.666/93, 10.520/02 e 8.078/90.

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações do Fornecedor:

- a) assinar esta Ata e aceitar a respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação;
- b) entregar o objeto adjudicado, observando as condições estipuladas no Edital, no Termo de



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Diretoria Geral



Referência, na proposta, nesta Ata de Registro de Preços e na nota de empenho;

- c) fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados;
- d) observar as condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência;
- e) entregar o objeto solicitado, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar do 1º dia útil posterior a data do envio da Ordem de Serviço pela Assessoria Administrativa da CMB;
- f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- g) ressarcir os eventuais prejuízos causados a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- h) cumprir as demais condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência
- i) manter durante a vigência da presente ata todas as condições iniciais de habilitação.

DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUINTA – O gerenciamento deste Ajuste, nos aspectos operacional e contratual, caberá à CMB, competindo-lhe:

- a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado, através da Assessoria Administrativa;
- b) monitorar os preços do objeto de forma a manter atualizados os valores praticados no mercado, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência de sua variação, através da Assessoria Administrativa;
- c) notificar o Fornecedor registrado, via *e-mail* ou telefone, para confirmação do recebimento da Ordem de Serviço, através da Assessoria Administrativa;
- d) observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos com datas e prazos atualizados, através da Assessoria Administrativa;
- e) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades, através da Coordenadoria de Licitações;
- f) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata, através da Coordenadoria de Licitações.

DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA SEXTA – O preço registrado, a especificação do objeto, o quantitativo, a marca, a empresa fornecedora e o nome do representante legal são os constantes do Anexo I desta Ata.

Parágrafo primeiro – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

Parágrafo segundo – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a CMB deverá convocar o Fornecedor, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

Parágrafo terceiro – Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o Fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir a obrigação assumida, o CMB poderá liberar o Fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento.

Parágrafo quarto – Em qualquer hipótese, o preço decorrente da revisão não poderá ultrapassar o praticado no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do Fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

Parágrafo quinto – Será considerado preço de mercado o que for igual ou inferior ao menor preço apurado pela CMB.

Parágrafo sexto – A alteração de preço oriunda de revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será formalizada mediante Termo Aditivo e publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Diretoria Geral



DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

CLÁUSULA SÉTIMA – O preço registrado na presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelado de pleno direito, conforme a seguir:

I) Por iniciativa da Administração:

- a) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993;
- b) se o preço registrado estiver superior ao praticado no mercado.

II) Por iniciativa do Fornecedor:

- a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o Fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV a XVI, da Lei n. 8.666/1993.

Parágrafo primeiro – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo segundo – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado.

Parágrafo terceiro – A solicitação do Fornecedor para cancelamento do preço registrado poderá não ser aceita pela CMB, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

Parágrafo quarto – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor relativas ao respectivo registro.

Parágrafo quinto – Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, a CMB poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O objeto desta Ata será recebido da seguinte forma:

- a) provisoriamente, no ato da entrega do objeto, pela Assessoria Administrativa da CMB, para posterior conferência de sua conformidade. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento;
- b) definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela CMB, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

Parágrafo primeiro – Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no fornecimento do objeto, fica o Fornecedor obrigado a efetuar as correções necessárias, sem ônus para a CMB.

Parágrafo segundo – O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal do Fornecedor.

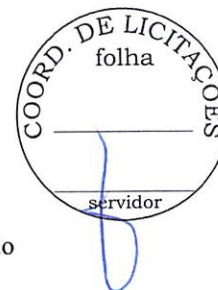
DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente do Fornecedor, por ordem bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento definitivo, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido o Fornecedor, devendo apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Fornecedor.



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Diretoria Geral



Parágrafo primeiro – O Fornecedor não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo segundo – A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, na Ata de Registro de Preços ou quando observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao Fornecedor e, nesse caso, o prazo previsto nesta Cláusula será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

Parágrafo terceiro – Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma o Fornecedor, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA ONZE – A vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DOZE – Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, os Estados, o SC ou os Municípios e será descredenciada do SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata e das demais penalidades legais, a licitante que:

- a) não assinar esta Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de vigência desta Ata;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- e) retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- f) não mantiver a proposta;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

CLÁUSULA TREZE – O Fornecedor ficará sujeito, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, e assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de:
 - b1) 5% (cinco por cento) por dia, sobre o valor dos produtos em mora, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição dos produtos, limitada a incidência a 5 (cinco) dias;
 - b1.1) No caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição dos produtos por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a aceitação do objeto pela Administração, será aplicada multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor dos produtos em mora;
 - b1.2) No caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição dos produtos por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto pela Administração da Câmara, será aplicada a penalidade prevista na alínea “b.5” ou “b.6”, conforme o caso.
 - b2) 5% (cinco por cento), sobre o valor total do pedido, na hipótese de, pelo menos, 10% (dez por cento) dos produtos integrantes do respectivo pedido apresentarem defeito durante o seu prazo de validade;
 - b3) 2% (dois por cento), sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, por ocorrência, no caso de o FORNECEDOR não manter as condições iniciais de habilitação;
 - b3.1) Caso o FORNECEDOR não regularize sua situação, de acordo com as condições iniciais de habilitação previstas no Edital, em prazo razoável concedido pela Administração da Câmara poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, podendo haver, ainda, o cancelamento do seu registro de preços.
 - b4) 30% (trinta por cento), sobre o valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução parcial



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Diretoria Geral



da obrigação;

- b5) 40% (quarenta por cento), sobre o valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução total da obrigação, podendo haver, ainda, o cancelamento do registro de preços do fornecedor;
b6) 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no tocante ao(s) valor(es) referente(s) ao(s) item(ns) para o(s) qual(is) a licitante tenha sido sagrada vencedora, na hipótese de recusa em assinar a Ata ou em retirar qualquer requisição de pedido de produto.
c) impedimento de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Blumenau, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos da Lei n. 10.520/2002;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei n. 8.666/1993.

Parágrafo primeiro – O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela CMB à Adjudicatária.

Parágrafo segundo – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

Parágrafo terceiro – O registro do Fornecedor será cancelado quando sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA QUATORZE – O inadimplemento de cláusula estabelecida nesta Ata de Registro de Preços, por parte do Fornecedor, assegurará à CMB o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA QUINZE – Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão da Ata de Registro de Preços:

- a) atraso injustificado no fornecimento, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à CMB;
b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da CMB.

Parágrafo primeiro – Nos casos em que o Fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da contratação desde que a execução desta Ata não seja afetada e que o Fornecedor mantenha o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

Parágrafo segundo – À CMB é reconhecido o direito de **rescisão administrativa**, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da mesma Lei.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA DEZESSEIS – A despesa decorrente da contratação correrá à conta de recursos consignados à CMB, Natureza da Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo.

DO FORO

CLÁUSULA DEZESSETE – Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o foro de Blumenau - SC.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA DEZOITO – O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993. Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias.

Blumenau-SC, 08/10/2019,

Marcelo Barasuo Lanzarin
Presidente



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Diretoria Geral



ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 09/2019.

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços n. 09/2019, celebrada entre o CMB e a empresa abaixo indicada, cujos preços registrados, por item, em face da realização do Pregão Presencial n. 13/2019.

1) Razão social: A.V. Comércio Atacadista EIRELI EPP
CNPJ/MF: 16.858.182/0001-76
Rua: Edgar Linhares
Nº: 742
Complemento:
Bairro: Nova Esperança
Município: Balneário Camboriú
Estado: Santa Catarina
Telefone: (47) 3360-8485
E-mail: avcomerciovarejista@gmail.com
Credenciado: Arilson Jose Alves
CPF/MF: 294.019.099-20

Itens: 1, 6 e 7.

ITEM	QTD. TOTAL ESTIMADA	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	45	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO 100 ml. Com prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses quando da entrega.	ADOCYL	R\$2,84	R\$127,80
6	65	BISCOITO SALGADO (CREAM CRACKER) Pacote com no mínimo 400 g. Com prazo de validade não inferior a 04 (quatro) meses quando da entrega.	DIANA	R\$3,95	R\$256,75

Ata



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Diretoria Geral



7	850	CAFÉ EM PÓ HOMOGÊNEO, TORRADO E MOÍDO. Categoria de Qualidade Tradicional. Pontos de torra numa faixa de moderadamente clara (Agtron /SCAA #75) a moderadamente escura (Agtron /SCAA #45). Com selo de pureza da ABINC (Associação Brasileira da Indústria do Café) ou Laudo Técnico, emitido por órgãos habilitados, empresas idôneas e/ou provedores devidamente credenciados e autorizados pelos órgãos governamentais competentes nas áreas de agricultura e/ou saúde, subscrito por responsável, que ateste que o produto que será fornecido atende as exigências do edital. Embalagem tipo alto vácuo ou vácuo-puro com 500 g. Com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. Com prazo de validade não inferior a 04 (quatro) meses quando da entrega.	BOM DE PROSA	R\$6,45	R\$5.482,50
---	-----	--	--------------	---------	-------------

Valor total estimado: R\$ 5.867,05.


Arilson Jose Alves

por A.V. Comércio Atacadista EIRELI EPP

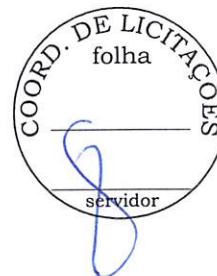
16.858.182/0001-76
I.E.: 256.833.885

AV COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI

RUA EDGAR LINHARES, Nº 742
NOVA ESPERANÇA - CEP 88336-210
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC
(47) 3361-0037



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Diretoria Geral



ANEXO II À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 09/2019.

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços n. 09/2019, celebrada entre o CMB e a empresa abaixo indicada, cujos preços registrados, por item, em face da realização do Pregão Presencial n. 13/2019.

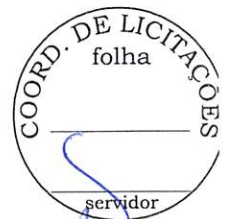
2) Razão social: Momm Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI EPP
CNPJ/MF: 08.310.833/0001-60
Rua: Noruega
Nº: 533
Complemento: sala 01
Bairro: Bairro das Nações
Município: Balneário Camboriú
Estado: Santa Catarina
Telefone: (47) 3366-1543
E-mail: contato@distribuidoramomm.com.br
Credenciado: Allan Roberto Momm
CPF/MF: 083.927.329-01

Itens: 3, 4, 5, 9 e 10.

ITEM	QTD. TOTAL ESTIMADA	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO MÁXIMO TOTAL ESTIMADO
3	100	BARRA DE CEREAL Sabores diversos: chocolate, aveia e mel, banana, morango, etc. Pacote com 3 unidades (mínimo de 20 g por barra). Com prazo de validade não inferior a 04 (quatro) meses quando da entrega.	RITTER	R\$2,30	R\$230,00



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Diretoria Geral



4	1.300	BEBIDA LÁCTEA UHT Sabor Chocolate. 200 ml. Com prazo de validade não inferior a 04 (quatro) meses quando da entrega.	ITALAC	R\$0,90	R\$1.170
5	80	BISCOITO DOCE SORTIDO Amanteigado (nos sabores leite e chocolate). Pacote com no mínimo 400 g. Com prazo de validade não inferior a 04 (quatro) meses quando da entrega.	PRODASA	R\$5,28	R\$422,40

Handwritten signature and initials in blue ink.



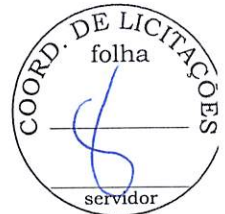
Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Diretoria Geral



9	250	<p>COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ 100% reciclável</p> <p>Capacidade: 50ml.</p> <p>Cor: branco.</p> <p>Material: Poliestireno.</p> <p>Peso do copo descartável: 0,75 g/copo descartável – 3,75 kg/caixa.</p> <p>Resistente (temperatura máxima para uso de 100°C).</p> <p>Validade indeterminada.</p> <p>Código de Certificação do INMETRO constante na embalagem.</p> <p>Pacote com 100 unidades</p> <p>Pedido mínimo: 1 caixa (quantidade de copos descartáveis e pacotes): 5.000 un. = 50 pacotes X 100 copos descartáveis.</p>	COPOSUL	R\$2,50	R\$625,00
---	-----	--	---------	---------	-----------



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina
Diretoria Geral



10	1.510	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA 100% reciclável Capacidade: 180ml. Cor: branco. Material: Poliestireno. Peso do copo descartável: 1,62 g/copo descartável - 4,05 kg/caixa. Resistente (temperatura máxima para uso de 100°C). Validade indeterminada. Certificação do INMETRO constante na embalagem. Pacote com 100 unidades Pedido mínimo: 1 Caixa (quantidade de copos descartáveis e pacotes): 2.500 un. = 25 pacotes X 100 copos descartáveis.	COPOSUL	R\$4,49	R\$6.679,90
----	-------	--	---------	---------	-------------

Valor total estimado: R\$9.127,30

Allan Roberto Momm
Allan Roberto Momm

por Momm Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI EPP

08.310.833/0001-60
Momm Comércio de Produtos
Alimentícios Ltda
Rua Noruega nº 533
Bairro das Nações - 88.338-195
Balneário Camboriú SC